

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° e-347/2024/PGJ, DE 22.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça João Linhares Júnior, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	21 a 30.3.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-348/2024 - PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 21.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-349/2024/PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça José Luiz Rodrigues, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2017/2018	5	1º a 5.4.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-350/2024/PGJ, DE 22.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Filomena Aparecida Depólito Fluminhan, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	24.6 a 3.7.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-351/2024 - PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Adriano Barrozo da Silva 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, em 14 e 15.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-352/2024/PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paula da Silva Volpe, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	5	1º a 5.7.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-353/2024 - PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Aline Mendes Franco 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 22.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1310/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jeferson Willian Turchiello, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 18 a 27.3.2024, em razão de afastamento da servidora Beatriz Andrade de Azevedo Bachim, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1311/2024-PGJ, DE 21.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Luana Rotta Vollkopf Curto, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Controle de Bens Permanentes de 1º a 10.4.2024, em razão de afastamento da titular, Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1312/2024-PGJ, DE 21.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rony Pedroso Vasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 26ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 15.4 a 3.5.2024 em razão de afastamento do servidor Otavio Laurindo da Silva Neto, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1313/2024-PGJ, DE 21.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jader Silva de Melo Alves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 67ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 1º a 12.4.2024, em razão de afastamento do servidor Rony Pedroso Vasques, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1314/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 18 a 27.3.2024, em razão de afastamento do servidor Fabio Castro dos Santos, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1315/2024-PGJ, DE 21.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Emanuely Martins Atanasio da Silva, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Obras e Engenharia de 18 a 27.3.2024, em razão de afastamento da titular, Thaís da Silva Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1316/2024-PGJ, DE 21.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jean Claud Borges Maciel Pinheiro, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo do Corpo Técnico de Engenharia e Arquitetura, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividades de Execução, Daex, de 19 a 21.3.2024, em razão de afastamento do titular, Nadson Soares de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1323/2024-PGJ, DE 21.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando da Silva Dellamura, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 15.2 a 13.8.2024, em razão de afastamento da servidora Priscilla Rodrigues de Paula Santos, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1324/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Bruno Zanatto Macedo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 14.3.2024, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012 (PGA nº 09.2024.00002862-3).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1156/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Jason Hiroyuki Herai por meio da Portaria nº e-444/2023-PGJ, de 4.5.2023, que seriam usufruídas de 4 a 13.3.2024, a serem usufruídas de 17 a 26.4.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1165/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Sandra Serliz da Silva por meio da Portaria nº e-1199/2023-PGJ, de 23.10.2023, de forma que, onde consta: “de 4 a 23.3.2024”, passe a constar: “de 17.6 a 6.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1166/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Nathalia Santa Catharina Poester por meio da Portaria nº e-81/2024-PGJ, de 29.1.2024, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas de 23.2 a 3.3.2024, de 16 a 25.7.2024 e de 1º a 10.10.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas de 17 a 26.7.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 1º a 10.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1180/2024-PGJ, DE 15.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor João Paulo Duarte por meio da Portaria nº e-1104/2023-PGJ, de 28.9.2023, que seriam usufruídas de 4 a 13.3.2024, a serem usufruídas de 1º a 10.4.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1191/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Sherilyn Marjoe Ferriol de Andrade Moura por meio da Portaria nº e-365/2023-PGJ, de 10.4.2023, com redação dada pela Portaria nº 60/2024-PGJ, de 10.1.2024, que seriam usufruídas de 4 a 13.3.2024, a serem usufruídas de 6 a 15.5.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1193/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 4.3.2024, as férias da servidora Cristhiane Bergmaier concedidas por meio da Portaria nº e-1165/2023-PGJ, de 17.10.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 1º a 3.7.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1208/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 26.2.2024, as férias da servidora Danielly Araujo da Silva concedidas por meio da Portaria nº e-900/2023-PGJ, de 1º.8.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1658/2023-PGJ, de 11.12.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 27 a 29.5.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1209/2024-PGJ, DE 15.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 12.3.2024, as férias do servidor Renan da Silva Ovando concedidas por meio da Portaria nº e-1032/2023-PGJ, de 12.9.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 9 a 17.9.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1211/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Mayara Vaz Cardeal Lima por meio da Portaria nº e-1621/2023-PGJ, de 5.12.2023, de forma que, onde consta: “de 15 a 24.5.2024”, passe a constar: “de 6 a 15.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1213/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Gilvana de Abreu Deotti por meio da Portaria nº e-108/2024-PGJ, de 31.1.2024, de forma que, onde consta: “de 1º a 10.8.2024”, passe a constar: “de 1º a 10.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1215/2024-PGJ, DE 15.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Sérgio Frederico Pott Junior por meio da Portaria nº e-812/2023-PGJ, de 5.7.2023, com redação dada pela Portaria nº e-21/2024-PGJ, de 11.1.2024, de forma que, onde consta: “de 18 a 27.3.2024”, passe a constar: “de 3 a 12.6.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-354/2024/PGJ, DE 22.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 12/03/2024, as férias do(a) servidor(a) Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, concedidas por meio da Portaria nº e-22/2024-PGJ, de 11.1.2024, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas no período de 15.07 a 23.07.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-355/2024/PGJ, DE 22.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Camila de Favre Tamaoki, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 11 a 18.3.2024, bem como o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, de modo que passe a constar CAMILA DE FAVRE TAMAOKI VIOLANTE, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-356/2024/PGJ, DE 22.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Aires Alves Machado Junior, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 9 a 16.3.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 5ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 4 DE MARÇO DE 2024.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002425-1**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: VBC Engenharia Ltda.

Assunto: Apurar se houve cumprimento das exigências urbanísticas dispostas nas listas de exigências para a emissão do documento, bem como se houve o adimplemento das obrigações e contrapartidas tratadas na Guia de Diretrizes Urbanísticas, com a alteração dada na Certidão 80/2014, referente ao Condomínio Zenóbio dos Santos (Residencial Tijuca).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE (MS) – CONDOMÍNIO RESIDENCIAL – CONSTRUTORA – EXIGÊNCIAS URBANÍSTICAS PARA CONCESSÃO DE HABITE-SE – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar se houve cumprimento das exigências urbanísticas dispostas nas listas de exigências para a emissão do documento. Habite-se, bem como se houve o adimplemento das obrigações e contrapartidas tratadas na Guia de Diretrizes Urbanísticas, com a alteração dada na Certidão 80/2014, referente ao Condomínio Leonel Brizola I. 2. Cumpre destacar que o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015, do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente possui TAC celebrado, e, já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012889-3 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002974-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar possível irregularidade na compra dos cilindros de oxigênio utilizados pela rede municipal de Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERENOS (MS) – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADE NA COMPRA DE CILINDROS DE OXIGÊNIO – REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OITIVAS DE TESTEMUNHAS E DOS INVESTIGADOS – QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar possível irregularidade na compra dos cilindros de oxigênio utilizados pela rede municipal de Saúde. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, determinada, inclusive, a quebra do sigilo bancário dos investigados, não houve, de maneira minimamente suficiente, a comprovação de qualquer irregularidade passível de mitigação na esfera judicial à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio ou outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba, nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput,



da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001363-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Campo Belo Agropastoril Ltda e outros

Assunto: Apurar possível supressão ilegal de 533,61 ha de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (Parecer 227/20/Nugeo e Parecer 378/21/CEIPPAM) ocorrido na Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, de propriedade de Campo Belo Agropastoril LTDA.

Advogada: Janaina Bonomini Pickler – OAB/MS nº 013.137.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMAMBAI - MEIO AMBIENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - BIOMA MATA ATLÂNTICA – APURAR SUPRESSÃO DE 533,61 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - CONSTATADA SUPRESSÃO DE 73,82 HECTARES DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa - ÁREAS DE RESERVA LEGAL E APP NÃO DECLARADAS NO CAR - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar possível supressão ilegal de 533,61 ha de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (Parecer 227/20/Nugeo e Parecer 378/21/CEIPPAM), ocorrido na Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, de propriedade de Campo Belo Agropastoril LTDA. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012098-0 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000448-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Maria Inês Anziliero Basso

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal em 1,72 hectares em área de Mata Atlântica e 3,28 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa, de acordo com o Auto de Infração e Multa nº 2.855 e Laudo Técnico nº 154/21/Nugeo referente a Etapa 02 – Março e Abril de 2021 – do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa, na Fazenda Santa Terezinha II, nesta Comarca de Sidrolândia/MS.

Advogados: Lucas Orsi Abdul Ahad – OAB/MS nº 15.582, Douglas de Oliveira Santos – OAB/MS nº 14.666 e Pedro Henrique Carlos Vale – OAB/MS nº 196.33A.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA - MEIO AMBIENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - BIOMA MATA ATLÂNTICA – APURAR SUPRESSÃO DE 1,75 HECTARES EM ÁREA DA MATA ATLÂNTICA - SUPRESSÃO 3,67 HECTARES DE EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA – DILIGÊNCIA REALIZADAS - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE CONSTATADA - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar eventual dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal em 1,75 hectares em área de Mata Atlântica, posteriormente, também foi constatado o desmate de 3,67 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa, de acordo com o Auto de Infração e Multa nº 2.855 e Laudo Técnico nº 154/21/Nugeo referente a Etapa 02 Março e Abril de 2021 do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa, na Fazenda Santa Terezinha II, nesta Comarca de Sidrolândia/MS. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº



09.2023.00011768-5 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto. A Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui se deu por impedida de votar em razão da Promotora de Justiça Janeli Basso ter atuado no presente feito, por força das disposições contidas no art. 144, III, c.c. art. 148, I, ambos do Código de Processo Civil.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000155-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Miguel Mandotti e outros

Assunto: Apurar a ausência de vegetação nativa em 23,96 hectares das Áreas de Preservação Permanente na Fazenda Nova União, de propriedade de Miguel Mandotti, Ricardo Boffo Mandotti e Claudemir Mandotti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMAMBAI - MEIO AMBIENTE – PROGRAMA SOS RIOS – PROPRIEDADE ÀS MARGENS DO RIO AMAMBAI – APURAR SUPRESSÃO DE 23,96 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DILIGÊNCIA REALIZADAS – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a ausência de vegetação nativa em 23,96 hectares das Áreas de Preservação Permanente na Fazenda Nova União, de propriedade de Miguel Mandotti, Ricardo Boffo Mandotti e Claudemir Mandotti. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012540-8 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000939-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: IBAMA

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da grande quantidade de espécies vegetais taboas (Thypha) e macrófitas no entorno do Rio Sucuriú, nesta urbe, conforme manifestação do Sr. Andre Milton Denys Pereira, solicitando medidas urgentes para combater o crescimento da vegetação em comento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS – MEIO AMBIENTE – DENÚNCIA – PROLIFERAÇÃO DESCONTROLADA DE MACRÓFITAS AQUÁTICAS - RIO SUCURIÚ - EMPRESA DE ENERGIA HIDRELÉTRICA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – LICENÇA AMBIENTAL VIGENTE E REGULAR – ADOÇÃO DE MEDIDAS DE MONITORAMENTO – SITUAÇÃO FISCALIZADA PELO IBAMA - ENUNCIADO 10 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar possível dano ambiental decorrente da grande quantidade de espécies vegetais taboas (Thypha) e macrófitas no entorno do Rio Sucuriú, conforme manifestação do Sr. Andre Milton Denys Pereira, solicitando à Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas (MS), a realização de diligências no sentido de impor medidas urgentes para combater o crescimento da vegetação em comento. Após o deslinde da Démarche Inquisitorial, restou constatada a ausência de irregularidades apontadas no presente. Portanto, aplica-se no caso dos autos, a fundamentação do Enunciado nº 10, do Conselho Superior do Ministério Público, segundo o qual, inexistindo dano ambiental, deve-se homologar a promoção de arquivamento do Inquérito Civil ou do procedimento preparatório, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000213-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro Christianini



Assunto: Apurar o desmatamento de 1,64 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Coqueiro, em Bonito/MS, realizado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 187/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA :INQUÉRITO CIVIL – PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE BONITO - MEIO AMBIENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE 1,64 HECTARES EM ÁREA DECLARADA COMO REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.

1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar o desmatamento de 1,64 hectares em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Coqueiro, em Bonito (MS), realizado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 187/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental). 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente Inquérito Civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012438-6 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000671-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: José Inácio Ritt e outros

Assunto: Apurar desmatamento de 3,89 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Santa Cláudia, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/BPMA/2023 e Parecer nº 83/23/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL –2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI – MEIO AMBIENTE – APURAR SUPRESSÃO DE 3,89 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA – BIOMA MATA ATLÂNTICA – LEI FEDERAL Nº 11.428 DE 2006 - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE CONSTATADA - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar o desmatamento de 3,89 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Santa Cláudia, em Amambai (MS), sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/BPMA/2023 e Parecer nº 83/23/Nugeo. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012537-4 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000863-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adecoagro Vale do Ivinhema S/A e Dimensão Aviação Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental e aos sericultores, causado pela aplicação de agrotóxico em canaviais localizados no município de Glória de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL CAUSADO PELA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO EM CANAVIAIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO CELEBRAÇÃO DE "TERMO DE COOPERAÇÃO" - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que, após as diligências



empreendidas no decorrer do feito, o Parquet instaurou o Procedimento Administrativo nº 2018.00001712-8 no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do "Termo de Cooperação" firmado entre os sericicultores, o Ministério Público Estadual, por meio das Promotorias de Justiça de Glória de Dourados/MS, Deodápolis/MS e Ivinhema/MS, Ministério Público Federal, e a Adecoagro Vale do Ivinhema S/A, o qual tem como objetivo viabilizar: a) apoio a projeto ambiental a ser desenvolvido por entidade a ser indicada pelos COOPERADOS no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); b) criação do Comitê de Avaliação de Novas Reclamações e Protocolo de Solução de Conflitos; c) definição de sistema de transparência para acompanhamento da atividade de pulverização aérea da COOPERANTE; e d) realização de investimento social no valor de R\$ 362.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil reais) em favor da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul. Cumpre pontuar que foi ajuizada na Justiça Federal, por subscrição do município de Dourados/MS, petição de homologação do supracitado "Termo de Cooperação". Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002200-9

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Dourados - IMAM

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades nos procedimentos de licenciamento ambiental que tramitaram junto ao Instituto do Meio Ambiente de Dourados/MS, entre os anos de 2015 e 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS – APURAÇÃO DA NOTÍCIA INDICATIVA DE IRREGULARIDADES NOS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL QUE TRAMITARAM JUNTO AO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE DOURADOS/MS, ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2016 - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - IRREGULARIDADES SANADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, denota-se que o IMAM Instituto do Meio Ambiente de Dourados, verificou a situação dos estabelecimentos investigados, e após impulsionados pelo Parquet, se demonstraram suficientes para coibir a continuidade das irregularidades inicialmente denunciadas, sendo que notadamente a maioria já obteve o respectivo licenciamento ambiental, e alguns processos se encontram em análise junto ao órgão. Por fim, outros possuem licença vencida, porém, foram devidamente notificados a solicitar a renovação do processo de licenciamento, os quais estão sendo solucionados junto ao órgão ambiental. Dessa forma, verifica-se a ausência de justa causa à continuidade das investigações no presente feito, esvaindo-se, assim, o objeto deste inquérito civil. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo, dê-se posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, em havendo irregularidades documentais e possíveis prejuízos ao meio ambiente, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000319-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul

CRC/MS

Requerido: Elisa Keiko Okumura More

Assunto: Apurar possível contratação irregular de Assessor de Contabilidade sem a devida formação profissional pela Prefeitura de Cassilândia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CASSILÂNDIA/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEL CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE ASSESSOR DE CONTABILIDADE SEM A DEVIDA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PELA PREFEITURA DE CASSILÂNDIA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - SITUAÇÃO INVESTIGADA AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE E DOLO NA CONTRATAÇÃO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que, em se tratando de possível prática de improbidade administrativa, a responsabilidade pela prática de ato ímprobo implica em análise do elemento subjetivo, a depender portanto da existência de dolo na conduta do sujeito ativo, o que não restou comprovado no presente caso. No decorrer das investigações, restou esclarecido que a referida servidora ocupava o cargo efetivo de telefonista, e posteriormente, com aprovação em novo concurso público, passou a ocupar o



cargo efetivo de tesoureira auxiliar e, depois, passou desempenhar o cargo em comissão de assessora de contabilidade, com a respectiva supervisão da contadora Ozimar Alves de Paula. Logo, em que pese não constituir requisito para ingressar no cargo de assessor ser bacharelado em ciências contábeis ou qualquer outra formação de nível superior, a investigada informou que concluiu o curso de ciências contábeis em 16/11/2021, oportunidade em que apresentou o Diploma de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis em 16.11.2021. Necessário frisar, ademais, que a confirmação de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede o prosseguimento das investigações na superveniência de eventual fato novo, que o justifique, conforme o disposto no artigo 28 da Resolução 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001088-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato celebrado com a empresa Rubens Antônio Gaíno-ME, contratada para prestação de serviços relativo à limpeza pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO COM A EMPRESA "RUBENS ANTÔNIO GAÍNOME", CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE NIOAQUE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A FORNECIMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA - RELATÓRIO DO CORTEC (SAT Nº 1244) - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE ILEGALIDADE - REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO - DANO AO ERÁRIO NÃO VERIFICADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Denota-se do Parecer de Análise Prévia ID nº 1244, que a equipe técnica responsável do MPMS concluiu pela inexistência de quaisquer irregularidades envolvendo o Pregão Presencial nº 011/2017, o Procedimento Administrativo nº 26/27 e a execução do Contrato Administrativo nº 36/2017, cujas partes contratantes eram o Município de Nioaque e a empresa "Rubens Antonio Gaíno ME". Ademais, tem-se que a equipe técnica ressaltou que não houve fracionamento ilegal do procedimento licitatório, bem como que inexistiu despesa contraída e não paga e/ou prevista nos últimos dois quadrimestres do mandato, não havendo, portanto, violação ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00). Desta feita, o contrato foi integralmente executado pela empresa requerida, de modo que não foi identificado ato irregular ou ilícito causador de efetivo dano ao erário. Ademais, é de mister frisar que a confirmação do arquivamento do feito pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede o prosseguimento das investigações na superveniência de eventual fato novo, que o justifique, conforme o disposto no artigo 28 da Resolução 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000210-7

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no processo de compra relacionado à Ata de Registro de Preços n. 158/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE COMPRA RELACIONADO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 158/2017 – DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - RELATÓRIO ELABORADO PELO GRUPO ESPECIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO Nº 024/2023/GECOC - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Compulsando-se os autos, denota-se que como ainda havia outras compras realizadas pelo HRMS a serem analisadas, foi instaurado o presente procedimento para melhor análise do contexto investigatório, porém, não foi possível identificar eventual prática ilícita, tendo em vista que os quantitativos dos produtos adquiridos, a data de entrada no sistema do Almoxarifado Geral e as informações do Relatório Ficha de Estoque Entrada e Saída, foi possível observar que as saídas realizadas após a entrada dessas compras ocorreram de forma regular enquanto os produtos hospitalares foram repassados para o setor correspondente, conforme a normal tramitação daquele hospital, consoante se vê do Relatório n. 024/2023/GECOC elaborado pelo Grupo Especial de Combate à Corrupção GECOC (fls. 1212/1237). No entanto,



necessário frisar que a confirmação de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, não impede o prosseguimento das investigações na eventual superveniência de fato novo, que possa conotar irregularidades ou improbidade administrativa, conforme o disposto no artigo 28 da Resolução 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00004357-5

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: Rogerio Romero de Sousa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar a regularidade da desafetação e doação de área institucional localizada no Loteamento Costa Verde, a qual foi destinada à instalação de programas habitacionais populares.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO. APURAR A REGULARIDADE DA DESFETAÇÃO E DOAÇÃO DE ÁREA INSTITUCIONAL LOCALIZADA NO LOTEAMENTO COSTA VERDE, A QUAL FOI DESTINADA À INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS POPULARES. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Em percuente análise dos autos verifico que, em que pese os reconhecidos esforços do recorrente em apontar eventuais irregularidades no que se refere à desafetação e doação do imóvel de domínio público denominado “Loteamento Costa Verde”, detentor da Matrícula 19.391 do CRI da 3ª Circunscrição desta capital à Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (AMHASF), as alegações não prosperam. Conforme se depreende dos autos, o Plano de Desafetação, coordenado pela PLANURB e SEMADUR foi devidamente apresentado ao CMDU e aprovado na 414ª Sessão Ordinária do Conselho em 16 de fevereiro de 2022, cumprindo em sua integralidade as exigências estabelecidas pelos artigos 172 e 176 do Plano Diretor de Campo Grande, disposto pela Lei Complementar 341 de 2018. Destarte, em razão da não constatação de ilegalidades ou atos atentatórios ao interesse público, inexistindo qualquer outra medida cabível pelo Órgão de Execução incumbido, voto pelo conhecimento do recurso interposto e, pelo seu não provimento, determinando assim com fundamento no artigo art. 11 da Resolução nº 15/2007-PGJ, e do art. 5º da Resolução nº 23/2007-CNMP, o seu arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu do recurso interposto e, votou pelo seu não provimento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000875-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Flavia Maria Lucas de Siqueira Fedossi

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, bem como possível descumprimento de carga horária por médico auditor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL CELEBRADO. RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA DEVIDAMENTE OBSERVADA PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL APROVADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que a irregularidade consistente na forma de provimento do cargo de médico auditor no âmbito do Poder Executivo Municipal de Nova Andradina foi devidamente sanada, visto que a Prefeitura local seguiu em sua integralidade a recomendação expedida pelo ilustre Promotor de Justiça de origem, revogando a portaria de nomeação e todos os seus efeitos, consequentemente. 2. Acerca do segundo objeto sob investigação, qual seja o descumprimento de carga horária e o desempenho reduzido das atribuições pertinentes ao cargo de médico auditor, foi devidamente celebrado o Acordo de Não Persecução Cível, o qual verifico estar de acordo com as exigências formais. 3. Posto isso, voto pela homologação da promoção de arquivamento parcial e pela aprovação do Acordo de Não Persecução Cível, por este Egrégio Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial e aprovou o Acordo de Não Persecução Cível, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

**3. Inquérito Civil de nº 06.2021.00001408-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar eventual fraude ao pregão presencial n. 137/2021, o qual objetivou a aquisição de 750 computadores portáteis para atender os alunos da rede municipal de ensino de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL FRAUDE AO PREGÃO PRESENCIAL N. 137/2021, O QUAL OBJETIVOU A AQUISIÇÃO DE 750 COMPUTADORES PORTÁTEIS PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA ANDRADINA/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO. NÃO CONSTATAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência de quaisquer atos de improbidade administrativa. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001467-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001496-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001583-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000037-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001493-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma



das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001579-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000263-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ivinhema/MS

Assunto: Apurar eventual inconstitucionalidade, bem como ilegalidades existentes na doação de imóveis de propriedade do Município de Ivinhema/MS, realizadas através do Decreto nº 600 de 26 de outubro de 2022 e Lei Municipal nº 2.056 de 22 de dezembro de 2022.

Procurador do Município: Fernando Pereira – OAB/MS nº 21.374.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IVINHEMA - APURAR EVENTUAL INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE NA DOAÇÃO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO A SERVIDORES PÚBLICOS - OFENSA A PRINCÍPIO QUE NÃO SE ENQUADRA COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ROL TAXATIVO DO ARTIGO 11 DA LIA – RECOMENDAÇÃO ACATADA - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades anteriormente constatadas foram sanadas, mediante a elaboração de Recomendação solicitando a revogação da Lei Municipal que autorizava a doação de terrenos públicos a agentes da segurança pública. Ademais, o ato não se enquadra no rol taxativo do artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa, ante a inexistência de comprovação da presença do dolo específico de causar dano ao erário ou enriquecimento ilícito. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000813-3

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Paleari Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 3,26 ha de vegetação nativa na Fazenda Boa Sorte localizada em Campo Grande/MS e inscrita no CARMS 0002713.

Advogado: Hildebrando Campestrini Júnior – OAB/MS nº 11.930.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - DANO AMBIENTAL EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003507-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Egomar José Ferraza e Juarez Paulo Ferrazza

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 44,07 hectares de cerrado em área de reserva legal sem autorização do órgão ambiental competente, realizado na Fazenda Retiro, localizada no Município de São Gabriel do Oeste.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE – APURAR DESMATAMENTO DE 44,07 HECTARES DE ÁREA DE RESERVA LEGAL SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES - IRREGULARIDADES SANADAS - RELATÓRIO DE VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL COMPROVANDO A AUSÊNCIA DE DANO - INSCRIÇÃO NO CAR/MS REALIZADA - LOCAL DEVIDAMENTE ISOLADO E EM PROCESSO DE REGENERAÇÃO NATURAL - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, conforme consta no Relatório de Vistoria da Polícia Militar Ambiental, que atestou a recuperação do local e o isolamento das áreas a serem protegidas. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001160-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Geraldo Mateus Campos Reis

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir/danificar floresta considerada de preservação permanente provocado na propriedade rural denominada Fazenda Imbirussu.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO - APURAR DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE OS DANOS ANTERIORMENTE CONSTATADOS FORAM TOTALMENTE SANADOS - OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO Nº 10 DO CSMP - DILIGÊNCIAS FALTANTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que é indispensável averiguar se o dano ambiental constatado ainda persiste e, em caso afirmativo, necessário a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o Enunciado nº 10 do CSMP. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para às Providências pertinentes, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001659-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Márcia Rita Lazzarin Bandeira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,03 hectares de vegetação nativa em área de Savana (Cerrado) Florestada (Cerradão), na propriedade rural Fazenda Mutuca, inscrita sob o CARMS 0066443, no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 389/19/NUGEO Programa DNA Ambiental 2016-2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO - APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NO DESMATAMENTO DE 1,03 HECTARES DE ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - RELATÓRIO DE



VISTORIA ATESTANDO A REGENERAÇÃO DO LOCAL INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 03 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatada a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto, a ação da parte requerida foi de menor potencial ofensivo, pois atingiu 1,03 hectares de supressão vegetal, ou seja, um percentual de apenas 0,09% se comparado a extensão total do imóvel rural. De igual modo, após notificação, houve o isolamento da área afetada, a qual se encontra em estado de regeneração natural. Ademais, verificou-se que a propriedade está devidamente inscrita no Cadastro Ambiental Rural CAR e com as áreas de reserva legal e de preservação permanente intactas. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00001316-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Eduardo Esterlai Durão

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de manutenção e trânsito de animais de criação (bovinos) em área de vegetação nativa secundária (regenerada), tratando-se esta de Reserva Legal de área com regime especial de preservação da vegetação, na altura do ponto de coordenadas 20°14'23.39"S - 51°35'36.34"O.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE RESERVA LEGAL CAUSADO PELO LIVRE ACESSO DE BOVINOS - IRREGULARIDADES SANADAS - RELATÓRIO DE VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL COMPROVANDO O ISOLAMENTO DA ÁREA, A AUSÊNCIA DE DANOS E A REGENERAÇÃO AVANÇADA DA VEGETAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, conforme consta no Relatório de Vistoria da Polícia Militar Ambiental, que atestou a ausência de passivos ambientais a serem recuperados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000514-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Simei Ricardo de Lima

Assunto: Apurar informações recebidas pela Manifestação nº 11.2022.0002700-4, da Ouvidoria do MPMS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE JARDIM – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR SUSPEITA DE ACÚMULO INDEVIDO DE TRÊS CARGOS PÚBLICOS PELO MÉDICO SIMEI RICARDO DE LIMA – ESCLARECIMENTOS PRESTADOS – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE – COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS – MÉDICO CEDIDO PARA A SEJUSP – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento se justifica, porquanto, após os esclarecimentos prestados, demonstrou-se que não há acúmulo indevido de cargos públicos pelo médico Dr. Simei Ricardo de Lima. Ficou evidenciado que há compatibilidade de horários na escala exercida pelo profissional de medicina, assim como que o servidor público está cedido pelo Hospital Regional para ocupar o cargo de perito na Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), razão pela qual inexistente irregularidade a ser sanada. Ausência de justa causa para manutenção das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00004165-5

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: Associação e Comunidade Domina Nostra Regina Pacis

Recorrido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar relato de problema de drenagem das vias do bairro próximas à Associação e Comunidade Domina Nostra Regina Pacis, o que estaria propiciando o agravamento das erosões e da recuperação da área degradada.

RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – COMARCA DE CAMPO GRANDE – MEIO AMBIENTE – APURAR



RELATO DE PROBLEMA DE DRENAGEM DAS VIAS DO BAIRRO PRÓXIMAS À ASSOCIAÇÃO RECORRENTE PROPICIANDO O AGRAVAMENTO DAS EROSÕES E DA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA – MEDIDAS ADOTADAS PELA SISEP – PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA PREVISTA PELA MUNICIPALIDADE – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – DESPROVIMENTO DO RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O desprovidimento do recurso em notícia de fato e a consequente homologação da promoção de arquivamento se justificam porquanto inexistente justa causa para manutenção da investigação. Em resposta ao ofício expedido pelo Parquet, a SISEP informou a adoção de medidas para manutenção da via (cascalhamento, patrolamento, curva de nível e limpeza), bem como noticiou que a Prefeitura Municipal possui processo de implantação de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais, o qual possui licença ambiental prévia, aguardando apenas a liberação da dotação orçamentária. Dessa forma, inexistente lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público. Decisão em consonância com o art. 11, inciso I, da Resolução n. 15/2007-PGJ. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovidimento do Recurso em Notícia de Fato e pela homologação da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000911-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Iguatemi/MS

Assunto: Apurar a regularidade e licitude da Lei Municipal n. 009/2021, que regulamenta a concessão de diárias aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Iguatemi/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IGUATEMI – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR A REGULARIDADE E LICITUDE DA LEI MUNICIPAL N. 09/2021 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ATENDIDA – ALTERAÇÃO NA LEI MUNICIPAL – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto a Recomendação Ministerial foi atendida e cumprida pela Câmara Municipal, mediante a publicação da Lei n. 2.455/2023, que alterou a Lei n. 2.373/2021, a qual disciplina a concessão de diárias aos vereadores e servidores da Casa de Leis. Perda do objeto. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000487-1

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá e T. M. R. dos S.

Assunto: Apurar irregularidade na nomeação de T. M. R. dos S. como membro do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Corumbá-MS.

Advogado: Newton Nascimento de Moraes – OAB/MS nº 15.326.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CORUMBÁ – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR IRREGULARIDADE NA NOMEAÇÃO DE T. M. R. DOS S. COMO MEMBRO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ – IMPEDIMENTO LEGAL CONSTATADO – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA E ATENDIDA – SERVIDORA DEIXOU A FUNÇÃO DE MEMBRO TITULAR DO CONSELHO – INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto houve perda do objeto da investigação após a expedição de recomendação ao Município de Corumbá, a qual foi atendida e cumprida pela autoridade municipal, com a devida dispensa da servidora como membro titular do Conselho, diante do impedimento constatado. Não restou identificada qualquer evidência de dano ao erário. Perda do objeto. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000311-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Antônio Straglioto e José Aparecido de Castro

Assunto: Adotar as providências ante o recebimento do Relatório de Fiscalização Ambiental n. 078/4ªCIA/BPMA/2021, que noticia a prática de caça ilegal por José Aparecido de Castro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO – MEIO AMBIENTE – ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS ANTE A NOTÍCIA DE PRÁTICA DE CAÇA ILEGAL POR JOSÉ APARECIDO DE CASTRO – ILEGALIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000632-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adriano Ferreira e outros

Assunto: Apurar a ausência de 25,75 hectares para composição da Reserva Legal de modo a atender o mínimo legal de 20%, bem como a ausência de 3,0 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas como Reserva Legal (fora da APP) e 1,0 hectares com ausência de vegetação arbórea densa nas Áreas de Preservação Permanente, na Fazenda Duas Irmãs, em Angélica/MS, conforme Parecer n. 016/2021/CEIPPAM/LASANGE- UEMS (Programa SOS RIOS Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANGÉLICA – MEIO AMBIENTE – APURAR IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA DUAS IRMÃS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001433-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ramza Bedoglin Domingos, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI RAMZA BEDOGLIN DOMINGOS – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO DIALÓGICA DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município



de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001427-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Iracema da Cunha Barreto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI PROFESSORA IRACEMA DA CUNHA BARRETO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO DIALÓGICA DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001413-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professor Edison da Silva, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI PROFESSOR EDISON DA SILVA – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO DIALÓGICA DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001404-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Varandas do Carmo, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI VARANDAS DO CARMO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO DIALÓGICA DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001385-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fundação de Serviços de Saúde de Dourados/MS, FCA Comércio e Eventos Ltda ME, Dourados Revendedora de Gás Ltda.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas dispensas de licitação para a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação hospitalar e gás liquefeito de petróleo GLP (gás de cozinha), em Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NAS DISPENSAS DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP (GÁS DE COZINHA), EM DOURADOS/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE CONDUTA CONFIGURADORA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INEXISTÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO, DANO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO – AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DO ELEMENTO VOLITIVO (DOLO) – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento do Feito; 2. De acordo com os documentos acostados nos autos, não foi possível evidenciar conduta dolosa configuradora de ato ímprobo em relação aos contratos celebrados mediante dispensa de licitação, visto que não foi verificado superfaturamento de preços, favorecimento ou desvio de finalidade, enriquecimento ilícito e tampouco dano ao erário, tendo as falhas constatadas limitado-se a questões formais e procedimentais, sem contudo, causar prejuízo aos cofres públicos; 3. Nessa senda, não sendo configurado dano ao erário ou enriquecimento ilícito, tampouco qualquer conduta dolosa que se enquadre nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, não há justa causa para continuidade do Feito; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000899-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Edvar Nunes de Oliveira

Assunto: Apurar a responsabilidade pela permissão de acesso de animais em área de preservação permanente, no Sítio Paraíso, Lote 31, Gleba 31, Mundo Novo/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A RESPONSABILIDADE PELA PERMISSÃO DE ACESSO DE ANIMAIS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NO SÍTIO PARAÍSO, LOTE 31, GLEBA 31, MUNDO NOVO/MS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E DEVIDAMENTE SANADAS – OBJETO ESGOTADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade



de celebração de ajuste de conduta ou ajuizamento de ação; 2. Verifica-se que foram adotadas as providências necessárias à correção das irregularidades inicialmente noticiadas, visto que os animais foram retirados da propriedade, fazendo cessar as invasões às áreas protegidas. Ademais, não foram constatados no local, através de vistoria realizada pela equipe policial, danos ambientais atuais ou a necessidade de medidas mitigadoras; 3. Nesse eito, considerando que cessada a continuidade da irregularidade, não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foram adotadas todas as providências necessárias e indicadas pelo órgão ambiental; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00001062-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Terra Solo Locações de Máquinas Pesadas Ltda.

Assunto: Apurar a conduta da empresa Terra Solo Locações e Máquinas Pesadas LTDA na execução do desmatamento ilegal de 3,89 hectares de vegetação nativa, na propriedade rural de José Ritt e João Paulo Ritt, localizada em Amambai/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A CONDUTA DA EMPRESA TERRA SOLO LOCAÇÕES E MÁQUINAS PESADAS LTDA NA EXECUÇÃO DO DESMATAMENTO ILEGAL DE 3,89 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA PROPRIEDADE RURAL DE JOSÉ RITT E JOÃO PAULO RITT, LOCALIZADA EM AMAMBAI/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ, – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual o beneficiário se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 168/174; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00012923-7 (fl. 178) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000903-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Flora Moema Garcia Santos e Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 3,30 hectares de vegetação nativa na Fazenda Santo Antônio, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Relatório de Fiscalização nº 50/4ª CIA/BPMA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPRESSÃO DE 3,30 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA FAZENDA SANTO ANTÔNIO, EM BONITO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 50/4ª CIA/BPMA/2021. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000310-0 (fl. 160) para acompanhamento e fiscalização do



cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000847-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Francisco José Pariz, Ana Lúcia Pariz Nogueira e Sandra Regina Pariz

Assunto: Apurar o desmatamento de 2,34 hectares de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, bem como a degradação da área pelo pisoteamento de gado, na Fazenda São Francisco, em Alcinópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 2,34 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, BEM COMO A DEGRADAÇÃO DA ÁREA PELO PISOTEAMENTO DE GADO, NA FAZENDA SÃO FRANCISCO, EM ALCINÓPOLIS/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012876-0 (fl. 266) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000875-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Acir Israel Caccia e Angela Silvana Zaupa

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,48 hectares, em área declarada como Reserva Legal, em Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Mundo Novo - Parte C, em Tacuru/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 166/23 NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 0,48 HECTARES, EM ÁREA DECLARADA COMO RESERVA LEGAL, EM BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA MUNDO NOVO - PARTE C, EM TACURU/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO Nº 166/23 NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL). CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012844-9 (fl. 88) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 22 de março de 2024

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**COMISSÃO ELEITORAL****AVISO Nº 003/2024/CE-PGJ**

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2024, no uso das atribuições previstas na Resolução nº 5/2023-CPJ, de 11 de dezembro de 2023, **torna público o resultado da eleição para a composição da lista para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2024/2026**, realizada no dia **22 de março de 2024**, no período das **9 às 17 horas**, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, conforme se segue:

Dr. Romão Avila Milhan Junior, 216 (duzentos e dezesseis) votos

Campo Grande, 22 de março de 2024.

HUDSON SHIGUER KINASHI

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA.**

Processo nº 09.2023.00012884-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA (Faculdade Dom Alberto)**, representado por **Nadila de Oliveira Konzen**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; nº 246/2022 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para estudantes de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, e regular as condições do Programa de Residência para aqueles que estejam cursando programas de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) oferecidos pela CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA. nas dependências do concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 19.03.2024 até 19.03.2029.

Data da assinatura: 19 de março de 2024.

**EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE MPMS E UEMS**

Processo: 09.2023.00009796-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Magnífico Reitor, **Laércio Alves de Carvalho**.

Amparo legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Objeto: Auxílio técnico científico e otimização referentes à identificação, avaliação e monitoramento de impactos ambientais negativos considerados prioritários para o MPMS.

Vigência: 21.03.2024 a 21.03.2027.

Data da assinatura: 21 de março de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0003/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica Sandro da Silva Santos da decisão de arquivamento do Inquérito Policial n.º 0012612-54.2023.8.12.0001, no qual ele figurou como investigado, conforme se transcreve: "Diante disso e na ausência de justa causa para a propositura de ação penal, promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial, ressalvada a hipótese prevista no art. 28 do Código de Processo Penal"

Campo Grande/MS, 21 de março de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Igor de Oliveira Dias a decisão de arquivamento parcial do Inquérito Policial nº 0911886-55.2023.8.12.0001, em que constam como investigados João Batista de Souza Gonçalves e Igor de Oliveira Dias e vítima Anderson Luiz dos Santos, conforme se transcreve: "Destarte, analisando todo o conjunto dos elementos informativos, embora a materialidade do delito de furto qualificado esteja evidenciada, a autoria não restou configurada, uma vez que inexiste no feito a indicação de qualquer testemunha que tenha presenciado o fato ou mesmo sido localizado câmeras de segurança que tenham capturado as imagens da ação delitiva, circunstâncias estas que inviabilizam a continuidade das investigações. Assim, é o caso de arquivamento do presente inquérito com relação ao crime de furto qualificado pelo emprego de chave falsa."

Campo Grande/MS 21 de março de 2024.

MARCELO ELY
Promotor de Justiça

¹ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica à **vítima** a decisão de arquivamento parcial do Inquérito Policial nº 0914775-79.2023.8.12.0001, em que consta como investigado Pedro Henrique Gadelha Menezes vítima Reginaldo Gadelha Menezes, conforme se transcreve: “Finda as investigações, entendo não haver elementos informativos suficientes acerca da existência do crime, na medida em que, como bem apontado pela autoridade policial em seu relatório: "Diante de todo o exposto, com lastro nos elementos informativos acima declinados, sugiro arquivamento do presente caderno investigativo, pois, ficou patente não haver o crime de roubo e tampouco lesão corporal, fatos asseverados pela prova pericial e testemunhas ouvidos no bojo do caderno apuratório".”.

Campo Grande/MS 21 de março de 2024.

MARCELO ELY
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art.5º, §2º, da Resolução n.º 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ n.º 0925775-76.2023.8.12.0001 e SAJMP n.º 08.2024.00007738-0, em que constam como investigado (a/s) Maria Guadalupe Centurion⁴ e vítima(s) o Estado, conforme se transcreve: “Destarte, em que pese a materialidade do crime ter sido comprovada, não restaram provas concretas acerca da autoria do delito, motivo pelo qual a propositura da ação penal, no presente momento, se torna inviável, uma vez que verifica-se como algo corriqueiro que as vítimas de violência doméstica não se sintam seguras em realizar Boletim de Ocorrência e decidam voltar atrás em suas palavras, seja por sentirem ameaçadas, por circunstâncias psicológicas, entre outros.

Campo Grande/MS, 20 de março de 2024.

MARCUS VINICIUS TIEPPO RODRIGUES
Promotor de Justiça

Nº MP 08.2023.00135234-0

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica Ricardo de Souza quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0918701-68.2023.8.12.0001, em que consta como vítima RICARDO DE SOUZA, conforme se transcreve: “Diante de todo o exposto, o Ministério Público Estadual requer o ARQUIVAMENTO do presente feito, tendo em vista a falta de justa causa para oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 21 de março de 2024.

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI
Promotora de Justiça

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais

**Nº MP 08.2024.00037030-1****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Luiz Carlos Rodrigues dos Santos, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0001716-15.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Matheus Dias Dorneles, e como vítima Maycon Antonio Freitas dos Santos, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 21 de março de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900267-94.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) C.R.C⁶ e vítima(s) R.C.R, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 22 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900375-26.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) D.M.L.O⁸ e vítima(s) I.M.N.O, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de provas e materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 22 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁸ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0908554-46.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.G.O¹⁰ e vítima(s) A.R.A.A, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência da atipicidade da conduta do investigado aos tipos penais narrados, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 22 de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANASTÁCIO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900393-25.2023.8.12.0052 ao investigado Odenil Leite¹², conforme se transcreve: "Assim, não há dúvida de que, no presente caso, eventual oferecimento de denúncia irá apenas reavivar eventual conflito já superado pelas partes, vislumbrando-se a falta de justa causa para o prosseguimento do feito. Ante o exposto, não vislumbrando justa causa para a propositura, por ora, de ação penal, nem tampouco utilidade de prosseguimento das investigações policiais, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial".

Anastácio, 20 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

AQUIDAUANA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900038-93.2022.8.12.0005, em que constam como investigada Ione Aparecida Gomes Machado, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁰ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

¹¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900038-93.2022.8.12.0005, em que constam como investigada Islan Aparecida Carrilho Soares, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900038-93.2022.8.12.0005, em que constam como investigada Catarina Aparecida Moreira Niz Santos, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900038-93.2022.8.12.0005, em que constam como investigada Mary Merediana Rodrigues, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900261-12.2023.8.12.0005, em que constam como investigado Laelson Carlos da Silva, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900081-59.2024.8.12.0005, em que constam como vítima Azelita Zaurizio, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900155-16.2024.8.12.0005, em que constam como vítima Marcos Ferreira, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900155-16.2024.8.12.0005, em que constam como investigado Cleiton Oliveira da Silva, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 22 de Março de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça



BONITO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS, nos termos do disposto no artigo 5º da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900347-11.2023.8.12.0028 (nº do MP 08.2023.00214238-7), em que constam como autores e vítimas Irlene Paredes e Cindy Nayeli Irala Astorga, conforme se transcreve: "Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a persecutio criminis in iudicio, ordeno o arquivamento deste Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal". Finalidade: A cientificação das partes, uma vez que não mantiveram atualizados o endereço informado no Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

20 de março de 2024

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0013/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000172-3.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Agropecuária Cerro Alegre Ltda., Eraldo Saldanha Moreira Neto e Marcos Magalhães Moreira

Assunto: Apurar a regularidade da supressão vegetal de 120,26 hectares, sendo 33,10 localizado em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, 85,38 em Área de Atividade Agrossilvopastoril e 1,78 em Área de Pastagem Nativa, no interior do imóvel rural "Fazenda Anacã do Corixão II" (CARMS0025467), pertencente a Agropecuária Cerro Alegre Ltda. (CNPJ n.º 14.800.388/0001-10), Eraldo Saldanha Moreira Neto e Marcos Magalhães Moreira, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Corumbá/MS, 21 de março de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 0006/2024/01PJ/KCA.**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Osmar Campos Dias a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900379-73.2023.8.12.0009, em que constam como investigado Osmar Campos Dias e vítima VT Paraná Supermercado Ltda EPP, conforme se transcreve: "nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia".

Costa Rica/MS, 21 de março de 2024.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

Promotor de Justiça



DOURADOS

EDITAL N° 0001/2024/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003030-7 que está à disposição de quem possa interessar através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003030-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Acompanhar as medidas cabíveis por parte da Empresa N&A Informática Ltda e do Município de Dourados-MS, frente às irregularidades constatadas no Portal de Transparência Municipal.

Dourados, 21 de março de 2024

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0003/2024/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo: nº 09.2024.00002532-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Interessado: Município de Glória de Dourados/MS

Assunto: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) de Glória de Dourados/MS, com o lançamento da campanha denominada "DECLARE SEU CARINHO".

Glória de Dourados/MS, 21 de março de 2024

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR

Promotor de Justiça

INOCÊNCIA

EDITAL N. 02/2024

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003031-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar as inspeções técnicas do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, desenvolvido na Comarca de Inocência/MS, durante o ano de 2024.

Inocência, 22 de março de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**MIRANDA****EDITAL N° 012/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro - CEP: 79380- 000, Miranda/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000163-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rafael Ferreira de Leon (Rancho de Leon)

Assunto: “Apurar irregularidades ambientais no Rancho de Leon, em Miranda-MS, consistentes a exploração e corte de vegetação nativa perfazendo aproximadamente 1 hectare, bem como vestígios de queimada.”

Miranda/MS, 22 de março de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 001/2024/15ªZE/MRD**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2024.00002941-1****PORTARIA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça Eleitoral da 15ª Zona, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inc. IX, da Constituição Federal, ante as disposições contidas na Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e, ainda,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, caput, da CF);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral exerce suas funções perante os órgãos da Justiça Eleitoral, incumbindo-lhe atuar nas causas de sua competência, velar pela fiel observância da legislação eleitoral e partidária e promover a ação penal nos casos de crimes eleitorais;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral tem atribuição constitucional de reprimir qualquer ato tendente a influenciar negativamente ou afetar a lisura e igualdade da disputa eleitoral;

CONSIDERANDO que as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2024.



RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2024.00002941-1 para apuração dos fatos e adoção das medidas cabíveis, tendo por:

OBJETO: Fiscalizar e acompanhar o processo eleitoral do Município de Miranda para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral

REQUERIDO: A apurar

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA, Técnico I do Ministério Público Estadual, a quem determino a adoção das seguintes providências:

- 1- Registre-se e autue-se o competente procedimento administrativo;
- 2- Expeça-se ofício ao Gestor Municipal de Miranda, a Câmara Municipal de Vereadores e aos Secretários Municipais orientando e indicando as condutas vedadas aos agentes públicos;
- 3- Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Às providências. Cumpra-se.

Miranda-MS, 21 de março de 2024.

CINTHIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça Eleitoral

EDITAL N.º 002MI/2024/15ªZE/MRD

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2024.00002944-4

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça Eleitoral da 15ª Zona, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inc. IX, da Constituição Federal, ante as disposições contidas na Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e, ainda,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, caput, da CF);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral exerce suas funções perante os órgãos da Justiça Eleitoral, incumbindo-lhe atuar nas causas de sua competência, velar pela fiel observância da legislação eleitoral e partidária e promover a ação penal nos casos de crimes eleitorais;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral tem atribuição constitucional de reprimir qualquer ato tendente a influenciar negativamente ou afetar a lisura e igualdade da disputa eleitoral;

CONSIDERANDO que as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC n.º 75/93.;



CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE n.º 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2024.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2024.00002944-4 para apuração dos fatos e adoção das medidas cabíveis, tendo por:

OBJETO: Fiscalizar e acompanhar o processo eleitoral do Município de Bodoquena para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral

REQUERIDO: A apurar

Para secretariar os trabalhos, designo o servidor PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA, Técnico I do Ministério Público Estadual, a quem determino a adoção das seguintes providências:

- 1- Registre-se e autue-se o competente procedimento administrativo;
- 2- Expeça-se ofício ao Gestor Municipal de Bodoquena, a Câmara Municipal de Vereadores e aos Secretários Municipais orientando e indicando as condutas vedadas aos agentes públicos;
- 3- Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Às providências. Cumpra-se.

Miranda-MS, 21 de março de 2024.

CINTHIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça Eleitoral

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL N.º 0004/2024/02PJ/RRP

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001612-2.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2019.00001612-2 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, n.º 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Ademair Capuci, Agropecuária Efraim LTDA



Objeto:A Compromissária confirma ter sido cientificada da instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001612-2 para apurar a regularidade da supressão de 3,31 hectares de vegetação nativa remanescente em área proposta para constituição de Reserva Legal, no interior do imóvel rural “Fazenda Efraim”, CARMS0011700, no período de 25/07/2016 e 20/02/2017, no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização ambiental.

Obrigações: 1) A Compromissária obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Efraim”, matrícula n.º 16.536, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por cada hectare suprimido irregularmente; 2) Considerando a alteração adversa ao meio ambiente em desacordo com a legislação pátria, uma vez que sem autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, realizada junto ao imóvel rural “Fazenda Efraim”, consubstanciada na supressão 3,31 hectares de vegetação nativa remanescente, obriga-se a Compromissária, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)¹³, em até 5 (cinco) parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (Banco Santander, Agência 4317, Conta 130003051, CNPJ n.º 03.226.149/0015-87), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento.

20 de março de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2023.00001148-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: a apurar.

Assunto: apurar irregularidades no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2023 de Contratação Temporária da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Brilhante/MS.

Rio Brilhante, 21 de março de 2024.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

¹³ Valor obtido da multiplicação de 4 hectares (fração arredondada para mais) em área de Reserva Legal por R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 51 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 51. Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou fração).



EDITAL Nº 0001/2024/02PJ/RBH

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2024 (02.2024.00028970-4), referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça **Rio Brilhante/MS**, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Rio Brilhante/MS, 21 de março de 2024.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2024

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante		PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante	
Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe 000.060.061.061.1 Comprovantes de processos devolvidos, processos recebidos e material de expediente recebido	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 2 anos.	Exercício 2017	Exercício 2021
Classe 000.060.061.061.1 Comprovantes materiais de expedientes recebidos.	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 2 anos.	2014	2019
Classe 200.000.000.000 Menor infrator – ato infracional: parecer; pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva informal; termo de remissão	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 2 anos.	Exercício 2008	Exercício 2015
Classe 200.000.000.000 Atendimento ao público: documentos entregues por particulares em atendimento ao público	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 8 anos.	Exercício 2010	Exercício 2010
Classe 200.000.000.000 Inquérito Civil nº 011/2008 Inquérito Civil nº 005/2010 Inquérito Civil nº 006/2010 Inquérito Civil nº 021/2010	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 10 anos.	Exercício 2008	Exercício 2010
Classe 200.000.000.000 Notícia de Fato nº 005/2017 Notícia de Fato nº 001/2017 Notícia de Fato nº 005/2016 Notícia de Fato nº 011/2017 Notícia de Fato nº 018/2017 Notícia de Fato nº 006/2017 Notícia de Fato nº 035/2016 Notícia de Fato nº 009/2017 Notícia de Fato nº 017/2017 Notícia de Fato nº 008/2017 Notícia de Fato nº 014/2017 Notícia de Fato nº 015/2017 Notícia de Fato nº 013/2017 Notícia de Fato nº 016/2017 Notícia de Fato nº 004/2017	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda. 5 anos.	Exercício 2016	Exercício 2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Rio Brilhante: 21 de março de 2024 Valter Ribeiro dos S. Jr Wille Técnico II			

**RIO NEGRO****EDITAL N° 0016/2024/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP: 79470-000, Rio Negro/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001407-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rafael Yalle Theodoro

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da degradação vegetal de 0,0726 hectares de vegetação nativa em área de Preservação Permanente, no Rancho Senhor Rafael, Lote 02 – Loteamento Chácara das Mansões, em Rochedo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 013658/2023 e Laudo de Constatação n. 017300/2023.”

Rio Negro/MS, 21 de março de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO N° 0022/2024/PJ/RVG**

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00017252-7 em que constam como investigado José Roberto Fuzaro Alves e vítima Suzana Chimenes de Oliveira, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 22 de março de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO N° 0021/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00029248-6 em que constam como investigado Antonio Erisberto Mathias de Souza e vítima Valdeir de Souza e Silva, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 22 de março de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**SINSEMP****EDITAL 003/2024/SINSEMP-MS****2ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - SINSEMP-MS, no uso de suas atribuições estatutárias, consoante estabelecido nos artigos 15 e seguintes do Estatuto Social, convoca todos os filiados para participarem da 2ª Assembleia Geral Ordinária de 2024, que será realizada na sede deste Sindicato, com endereço na Rua Ronaldo Monteiro, 188 – Vila Glória, Campo Grande-MS, no dia 13/04/2024 (sábado), às 8h, em 1ª chamada, e às 8h30m, em 2ª chamada, nesta com qualquer número de participantes, para a seguinte pauta:

- 1) Novo Regimento interno da Casa de apoio.
- 2) Assuntos administrativos do Sindicato
- 3) Outros assuntos de interesse da categoria.

Campo Grande, 22 de março de 2024.